

As trágicas eleições de 1887

*Luís Ângelo Fernandes**

Lousada e o país em 1887

O ano de 1887 em Portugal começou tumultuoso. Reinava D. Luís I e a Câmara de Deputados foi dissolvida no dia 5 de janeiro; a 27, morria Fontes Pereira de Melo, uma das figuras mais proeminentes do movimento da Regeneração, período em que o país procurou recuperar do atraso em relação à Europa, sobretudo através de importantes obras públicas, e terminar com a agitação política que caracterizou a primeira metade do século XIX. Acometido de doença súbita, quando liderava a oposição ao governo de Luciano de Castro, Fontes Pereira de Melo deixou no Partido Regenerador um sentimento de orfandade e aberto à convulsão. Na região, a perda também foi sentida. O jornal “O Commercio de Penafiel”, da mesma linha ideológica, reconhece que o Partido “não estava prevenido para a resolução abrupta do grave problema social que a morte do seu honrado chefe lhe impõe”, mas desde logo garante que “o patriotismo dos [seus] membros não desmaia nem se entibia perante a adversidade” (CP, 29/1/1887: 1).

Em Lousada, nesse mês de janeiro, o Visconde de Alentém, António Barreto de Almeida Soares Lencastre, era novamente indigitado Presidente da Câmara; em abril, encontrava-se na Vila uma força da Infantaria n.º 20, requisitada pela autoridade administrativa, para a captura de alguns criminosos, escondidos no concelho e em Paços de Ferreira (CP, 6/4/1887: 2), e, em pleno mês de agosto, nas festas da Senhora Aparecida, decorreram corridas de touros em praça improvisada, com os bandarilheiros António Ferreira Dinis e Lourenço d’Annaia Camarão e o agarrador viseense Domingos de Oliveira e Castro (CP, 13/8/1887: p. 3). A fusão de freguesias também nessa altura era tema candente. A integração de Covas na freguesia da Ordem, ocorrida cinco anos antes, ainda suscitava bastante descontentamento, ao ponto de um elevado número de eleitores requerer a desanexação, devido à grande rivalidade entre as duas freguesias (A União, 8/9/1887: 2).



Fig. 1 - Mausoléu do Dr. Soares de Moura no cemitério de Penafiel, mandado construir pela Câmara Municipal.

Rivalidades, provocações e violência

Foi neste ambiente político e social que se disputaram as eleições para deputados, em março de 1887. Para o círculo de Lousada/Felgueiras os candidatos foram o Dr. Francisco Soares de Moura, pelo Partido Progressista e antigo militante regenerador, e o Dr. Júlio de Vilhena, do Partido Regenerador.

Francisco Pinto Coelho Soares de Moura nasceu em 17/1/1852 na Casa da Lama (Lodares), filho do Dr. António Manuel Pinto Coelho Soares de Moura e de D. Ana Albina Magalhães Peixoto Pinto de Meireles. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi Deputado, Administrador do Concelho de Penafiel e o mais jovem Presidente da Câmara desta cidade (1887-1888). Faleceu no Porto, sem geração, a 15/12/1888, de tuberculose, e foi sepultado em Penafiel (Galhardo, 2009: 171).¹ (**Fig. 1**)

* Professor. Mestre em Educação e Bibliotecas.

¹ Em 16/8/1895 uma ação ordinária dá entrada no tribunal de Lousada, intentada por Abel Cândido Soares de Moura, da Casa de Ribas, Torquato de Sousa Morais, da Casa de Romariz, e Luís Cândido Soares de Moura, da Casa dos Chãos, contra Cândido Augusto Pinto Soares de Moura e esposa, da Casa da Lama, reivindicando os bens do Dr. Francisco (O Penafidelense, 20/8/1895: 3).

Júlio de Vilhena (**Fig. 2**) era natural de Ferreira do Alentejo, onde nasceu a 28/7/1845. Para além de importante figura na área do Direito, como jurista, magistrado e presidente do Supremo Tribunal Administrativo, desempenhou uma missão política relevante enquanto líder do Partido Regenerador, Par do Reino, Conselheiro de Estado, Deputado, Ministro da Marinha e do Ultramar, Ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos, e Governador do Banco de Portugal. Intelectual reconhecido, foi escritor, presidente da Academia das Ciências e diretor do "Jornal Económico", "O Universal" e do "Diário Popular". Foi também o Fundador da Liga Naval. Faleceu em Lisboa a 27/12/1928 (Saraiva, 2004: 118).



Fig. 2 - Júlio de Vilhena.

As eleições legitimaram o partido governamental e o jornal "O Commercio de Penafiel" congratulava-se por a disputa não ter assumido "as proporções bélicas de uma batalha", considerando que "foi mais uma pendência diplomaticamente resolvida do que uma guerra sangrenta e crua" (CP, 12/3/1887: 1). Um presságio para o que haveria de relatar dias depois.

No círculo n.º 27 (Lousada/Felgueiras) a disputa não correu de forma pacífica desde muito cedo. "O Commercio de Penafiel", num artigo violento, embora normal para os padrões da época, intitulado "Tolices de um franciscano", acusava o Dr. Soares de Moura de ser um joguete das conveniências progressistas e de falta de influência política, pois "nos poucos dias que estive em Lisboa não entrou em repartição alguma sem ser agarrado às abas do casaco do sr. prior da Lapa ou do sr. Gaspar Baltar" (CP, 2/3/1887: 2).

Fosse para prevenir eventuais distúrbios, ou, como acusam os regeneradores, como atitude provocatória da autoridade administrativa, foram requisitadas forças de infantaria para Lousada e Felgueiras a fim de acompanharem o apuramento eleitoral, que, mesmo assim, veio a revelar-se muito polémico. Na verdade, a candidatura de Júlio de Vilhena reclamou uma maioria de 428 votos, que, segunda acusa, não foram contabilizados na tota-

lidade devido a fraude praticada pela mesa do escrutínio, maioritariamente formada por elementos afetos ao Governo, invalidando os resultados de duas assembleias de voto. Os delegados regeneradores constituíram-se então em mesa paralela e proclamaram os resultados que lhe foram favoráveis (CP, 23/3/1887: 1). Primeira consequência: progressistas e regeneradores festejaram o triunfo que cada um entendia que obtivera, com "extraordinárias manifestações de regozijo", o mesmo fazendo a facção contrária, com música e foguetório. Estariam nas ruas de Lousada cerca de 1300 a 1500 pessoas na noite de 14 de março (CP, 9/4/1887: 1²).

O correspondente do jornal "O Commercio de Penafiel", como se disse ligado ao

Partido Regenerador, acusa o administrador substituto, Francisco Bacelar, de génio irrequieto e pouco maleável, numa excitação impossível do seu sistema nervoso, preparou os ânimos para uma vingança mesquinha e tratou de pôr em prática o mais ridículo sistema de represália" (CP, 19/3/1887: 3).

O administrador terá entretanto solicitado ao comandante da força militar, Alferes Durão, que chegara pelas oito da noite (CP, 23/3/1887: 1), para dispersar os manifestantes do Partido Regenerador, não sendo obedecido sob o argumento de não poderem ser empregues as baionetas contra um grupo pacífico. Francisco Bacelar ordenaria então para que os 30 homens do regimento formassem do lado norte da praça e pelo lado sul foi com o Dr. Soares de Moura "e um bando de progressistas armados de revólver" disparar contra os adversários e dando "morras" ao Partido Regenerador e ao Visconde de Alentém (CP, 9/4/1887: 1³).

A animosidade aumentou e o conflito tornou-se iminente a partir das dez horas da noite, segundo o mesmo relato, após ter sido "desarvorada uma bandeira hasteada nas janelas do hotel das Aleixas, em que se achavam as pessoas mais importantes do partido regenerador" (CP, 23/3/1887: 1).

Francisco Bacelar, Soares de Moura e o restante grupo, apontando para as janelas onde se encon-

² Citando o "Correio da Manhã", de 18/3/1887.

³ Citando o "Jornal da Manhã", de 17/3/1887.



Fig. 3 - "O Comércio de Penafiel": 23/3/1887.

travam os adversários políticos, "fizeram pontaria, não chegando a disparar pelo facto de não verem lá aqueles que queriam para vítimas das suas iras e dos seus rancores" (CP, 9/4/1887: 14). Francisco Bacelar terá então gritado:

"Quem for progressista passe para a retaguarda da força [militar]!"

E colocando-se em lugar mais elevado e protegidos pelos soldados, voltaram a disparar, originando tumultos, e o pretexto para o administrador ordenar à XI para descarregar (CP, 23/3/1887: 1). Desta vez foi obedecido, "ou porque os soldados inconscientemente cumprissem a ordem sem repararem que não era dada pelo seu comandante, ou então porque este não teve força" para manter a anterior decisão. "Não se fizeram as intimações de rigor, não deu a primeira descarga com as pontarias altas, foi logo à primeira" (CP, 23/3/1887: 1) e só terminaram quando acabaram as munições (CP, 9/4/1887: 15).

As consequências foram trágicas: um morto, uma mulher em estado crítico (veio a falecer dias depois) e mais doze manifestantes feridos, a maioria deles nas pernas "o que demonstra bem a intenção que presidiu à descarga homicida, que não teve por fim dispersar o ajuntamento e restabelecer a ordem, mas satisfazer a vingança ignóbil do administrador substituto" (CP, 23/3/1887: 1). O caso ganhou grande dimensão nacional. O "Jornal Ilustrado" e "A Luta" deram repercussão e as ocorrências foram exploradas conforme as conveniências partidárias. Na edição de 23 de março "O Commercio de Penafiel" apresentava a manchete: "Os fuzilamentos de Lousada" (Fig. 3), acentuando que "Os galopins de Lousada satisfizeram a grandiosa aspiração do Governo" e que "Os

ladões da urna foram aclamados pela interjeição brutal das espingardas".

A imprensa pró-governamental também reagiu. "O Correio do Norte" defendeu que "o Governo averigüe como se passaram os factos lamentosos que se dizem ocorridos e promova o castigo dos culpados"; o "Diário Popular", do Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, desvalorizou os acontecimentos referindo que "o caso reduz-se a pouquíssimo" e que as provocações foram dos partidários regeneradores (CP, 9/4/1887: 1^o), enquanto a "Revolução de Setembro" também depreciou o assunto porque somente "está morto um homem e agonizante uma mulher" (CP, 23/3/1887: 1), apreciação muito contestada por "O Commercio de Penafiel" em ironia corrosiva: "O pobre diabo morto nem era acionista de Xabregas, nem era jogador da bolsa. Pouco mais valia que o pedaço de chumbo que o varou." (CP, 23/3/1887: 2).

Francisco Bacelar

No centro dos incidentes esteve, pois, o nome da autoridade administrativa. Francisco Vaz Guedes Bacelar nasceu em 26/9/1846 na Casa de Rio de Moinhos (Covas) (Fig. 4), filho de Manuel Pinto Vaz Guedes



Fig. 4 - Casa de Rio de Moinhos.

⁴ Idem, idem, idem.

⁵ Idem, idem, idem.

⁶ Citando o "Correio da Manhã", de 18/3/1887.

Bacelar Pereira de Morais Pimentel, 4.º Visconde de Montalegre, e de sua mulher e sobrinha D. Ana Carolina Augusta Vaz Guedes Pereira Pinto Bacelar Teles de Meneses e Melo (Fernandes, 2007: 93). Vendeu a Casa de Ribas, sendo a pedra de armas transportada para a Casa do Carreiro de Cima (Nevogilde) para nela ficar arrecadada, e não colocada na casa, por esta não ter ligação a Rio de Moinhos. Casado com D. Alcina Ismênia Machado de Sousa Meireles, da Casa da Argonça (Ordem) em 1/3/1869, veio a fixar-se no Brasil, onde faleceu a 13/8/1895⁷.

No dia 13 de abril dirigiu-se por várias vezes à redação de “O Commercio de Penafiel” para obter “uma pleníssima satisfação das calúnias que o jornal tem propalado e que ferem a sua honra”, facto que motivou a presença de uma multidão curiosa acerca dos seus reais intentos (CP, 16/4/1887: 1), sabendo-se que era espadachim e muito irascível. Deixou uma carta acusando o correspondente em Lousada do “Jornal do Norte”, que escrevia no anonimato, de ser o principal responsável pelos acontecimentos, desafiando-o de maneira furiosa e inconformada:

“Se tens coragem, miserável, arranca a máscara para que eu possa fustigar-te as faces com o santo instrumento de que se serviu Cristo para expulsar os vendilhões do templo. Mentres, atribuindo ao administrador substituto responsabilidades que não tem e hoje se ergue perante ti alcinhando-te de vilão e infame. (...) Foge antes que te expulsem do lugar em que estás empesando tudo com a tua baba imunda!” (CP, 16/4/1887: 2).

O Dr. Francisco Soares de Moura também rejeitou responsabilidades. Em carta de 25/3/1887 desafia o jornal “O Commercio de Penafiel” a esclarecer, sem evasivas, se era a si a que se referiam quando o acusavam de andar de pelas ruas de Lousada “armado de revólver com um bando de

assalariados a provocar audaciosamente os regeneradores e disparando tiros contra eles” (CP, 9/4/1887: 1). O editor garante na mesma edição que apenas reproduziu a imprensa nacional e se houve ofensa ao seu bom nome se retratará mas apenas se o “Correio da Manhã” também o fizer, por ter sido aquele jornal a principal fonte da informação publicada.

A eleição do Dr. Soares de Moura veio a ser sancionada por decisão judicial (CP, 11/5/1887: 1), mas em 1889 o assunto mantinha-se bem presente porque a Câmara mandou pintar no edifício do Tribunal umas chagas, uma cruz e pontos negros para assinalar as descargas da tropa. O correspondente do jornal “O Penafidelense”, adversário do executivo presidido pelo Visconde de Alentém, insurge-se contra a decisão e elogia o Governo por “criar novas casas para doudos, porque bem precisas hão-de ser” (O Penafidelense, 20/8/1889: 3). Uma semana depois, as marcas foram apagadas, porque, diz o correspondente, “o Visconde de Alentém e seus sequazes reconheceram mais uma vez que tinham cometido um erro crassíssimo à laia do seu vilíssimo reportório” (O Penafidelense, 27/8/1889: 3).

Mas os ajustes de contas naquele fatídico ano de 1887 ainda não tinham terminado. Em julho o professor do ensino primário de Meinedo, António da Silva Pacheco, é alvejado a tiro de espingarda, supostamente por razões políticas, por um primo e cunhado do Deputado de Felgueiras, acompanhado do seu criado Carriço, moradores na vila de Lousada. Veio a morrer no dia 26. Apesar dos indícios deixados pela imprensa, os criminosos não serão capturados. Residente em Romariz, era filho de António da Silva e de Joana Pacheco, casado com Maria da Conceição Vieira e deixou quatro filhos (CP, 23/7/1887: 3; 27/7/1887: 3, e 3/8/1887: 3; A União, 21/7/1887: 2).

Fontes e bibliografia

A União. Penafiel: 21/7/1887: 2.

CP – O Commercio de Penafiel, Penafiel: 2/3/1887: 2; 12/3/1887: 1; 19/3/1887: 3; 23/3/1887: 1 e 2; 9/4/1887: 1; 16/4/1887: 1; 16/4/1887: 2; 11/5/1887: 1; 23/7/1887: 3; 27/7/1887: 3; 3/8/1887: 3.

FERNANDES, L. A. (2007). *Covas: Viagem na História*. Covas: EB1 de Monte Sines, Covas Lousada.

FREITAS, E. et al (1979). *Carvalhos de Basto: A Descendência de Martim Pires Carvalho, Cavaleiro de Basto*. Vol. 1. Porto: ed. dos autores.

GALHARDO, M. A. (2009). *A Toponímia Penafidelense*. Penafiel: Biblioteca Municipal de Penafiel.

MIGUÉIS, C. (2003). *Presidentes da Câmara Municipal de Lousada: Desde 1838 até 1900*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

NÓBREGA, A. (1999). *A Heráldica de Família no Concelho de Lousada. Aditamento a Pedras de Armas do Concelho de Lousada (1959)*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

O Penafidelense. Penafiel: 20/8/1889: 3; 27/8/1889: 3.

SARAIVA, J. H. (Coord.) (2004). *História de Portugal. Dicionário de Personalidades*. Vol. 20. Matosinhos: Quidnovi.

⁷ E não na Casa de Ribas, como sustentam outros autores, a crer em Nóbrega, 1999: 174, referindo também o nome da esposa como Alcina Ismênia de Meireles Machado Brandão de Sousa Lobo.